****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 27, Ano 61, Sábado.**

**13 de Fevereiro de 2016**

**Gabinete do Prefeito, 01**

**DECRETO Nº 56.800, DE 12 DE FEVEREIRO DE**

**2016**

*Altera o “caput” do artigo 40 do Decreto nº*

*56.779, de 22 de janeiro de 2016, que fixa*

*normas referentes à execução orçamentária*

*e financeira para o exercício de 2016.*

FERNANDO HADDAD, Prefeito do Município de São Paulo,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º O “caput” do artigo 40 do Decreto nº 56.779, de

22 de janeiro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. As Notas de Empenho processadas até o dia

19 de fevereiro de 2016, excepcionalmente, produzirão

efeitos retroativos à data de início de realização da

despesa, desde que a referida data esteja inserida no

período de indisponibilidade do Sistema de Orçamento

e Finanças – SOF e o despacho autorizatório do Titular

da Unidade Orçamentária tenha sido exarado antes do

início de vigência da despesa.

...................................................................” (NR)

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 12 de

fevereiro de 2016, 463º da fundação de São Paulo.

FERNANDO HADDAD, PREFEITO

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de

Finanças e Desenvolvimento Econômico

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo

Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 12 de

fevereiro de 2016.

**Secretarias, Pág. 03**

**DESENVOLVIMENTO,TRABALHO**

**E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

**E NUTRICIONAL**

**DESPACHO DO COORDENADOR**

**2015-0.142.515-0**

COSAN – Transferência do Termo de Permissão de Uso.

O Coordenador de Segurança Alimentar e Nutricional, no uso

das atribuições que lhe são concedidas por Lei, em especial o

Decreto nº 46.398, de 28 de setembro de 2005. RESOLVE: 1.

DEFERIR o pedido de transferência do Termo de Permissão de

Uso de Comércio de Sucos Naturais Don D’Aju Ltda-ME, pessoa

jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o

nº 03.003.592/0001-93, permissionária do boxe nº 19 da rua

“K”, com área de 19,80m² no Mercado Municipal Paulistano,

que opera no ramo de comércio de Casa de Sucos para empresa

Casa de Sucos e Lanchonete Irmãos Gomes Ltda-EPP, pessoa

jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o

nº 22.574.520/0001-40, com fundamento na cláusula do Termo

de Permissão de Uso expedida no processo nº 1999.0.048.881-

4, respeitando as disposições legais vigentes.

**EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO**

**2013-0.376.314-8**

Permitente: PMSP/SDTE/COSAN - Permissionária: **Edmilson**

**Barbosa de Andrade** - CNPJ nº 08.882.787/0001-74 - Objeto:

Área de 11,34 m² existentes na Central de Abastecimento Pátio

do Pari, ramo: Hortifrutícola - Boxe 39, Rua J.

**2013-0.376.470-5**

Permitente: PMSP/SDTE/COSAN - Permissionária: **Martinho**

**Vieira Martins** - CNPJ nº 22.186.497/0001-17 - Objeto: Área

de 10,40 m² existentes na Central de Abastecimento Pátio do

Pari, ramo: Hortifrutícola - Boxe 80, Rua i.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**2015-0.178.856-2**

Permitente: PMSP/SDTE/ABAST – Permissionária: Doçaria

Sabor do Verão LTDA - ME. – Objeto: Alteração do ramo de

atividade - CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO – Fica alterado

o ramo de atividade da permissionária para atuar em Lanchonete

Lanchonete.

Previsto no art. 5º, GRUPO II, ITEM 2.5, da Portaria nº

51/12 – ABAST/SMSP e Decreto nº 52.081/2011. – CLÁUSULA

SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO – Ficam ratificadas as demais

cláusulas e condições pactuadas.

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO**

**E TECNOLOGIA**

**PUBLICAÇÃO POR OMISSÃO**

**TERMO DE RETIRRATIFICAÇÃO nº 1/2015 DO CONTRATO**

**DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO E**

**DECESSOS**

As partes:

**MAPFRE VIDA S.A.**, CNPJ nº 54.484.75/0001-49

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA**

**E CULTURA**, no CNPJ nº 07.039.800/0001-65

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

A cláusula 11 do Contrato de Seguro de Acidentes Pessoais

Coletivo e Decessos fica retirratificada, passando a constar com

a seguinte redação, e não como constou:

“11. ESTIMATIVA DE FATURAMENTO ANUAL

Considerando 800 (oitocentas) vidas seguradas/mês, estima-

se um faturamento anual no valor de R$ 21.120,00 (vinte e

um mil, cento e vinte reais).”

**Edital, Pág. 76**

**DESENVOLVIMENTO,TRABALHO**

**E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

**E NUTRICIONAL**

**ATAS – COMUSAN-SP**

Ata da 5ª Reunião Ordinária da VI Gestão do Conselho

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSANSP.

Aos vinte e três (23) dias do mês de julho de 2015, no Mercado

Gourmet, espaço interno ao Mercado Municipal Paulistano,

na Rua da Cantareira, 306, Centro, São Paulo – SP,

realizou-se a 5ª Reunião da VI Gestão do Conselho Municipal

de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP. PAUTA:

1. Balanço da 6ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar

e Nutricional da cidade de São Paulo – 6ª CMSAN: - infraestrutura;

- comunicação e mobilização; - metodologia; - encaminhamentos;

2.Diálogos com IDEC e Alana : “Relevância da Regulação

da Publicidade de Alimentos no contexto da SAN.”Estiveram

presentes, conforme assinatura em lista: Angela Raymondo -

Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana; Natalício

T. de Albuquerque - Associação Beneficente Cristo Sapopemba;

Kiyosumi Misawa - Associação Integração Campo Cidade;

Nadir Silva Moraes - Rede Local de SANS do Butantã; Bruno

Angelo Nepomuceno - Instituto Portal da Cidadania; Fabiana P.

C. Servilha - Sociedade Vegetariana Brasileira; Marcia Messina

Timoteo - Associação Cultural, Recreativa, Educacional e Social

Vozes do Caminho – ACRESVC; Maria Helena Flaviano - Acrofapi

- Associação Comunitária Francisco Pinheiro; André Ruoppolo

Biozoti - Instituto 5 Elementos; Ana Flávia Borges Badue - Instituto

Kairós Ética e Atuação Responsável; Joana Alves de Oliveira

- Sociedade Feminina do Bairro 3° Divisão e Adjacências; Betina

Gerken Brasil - Universidade Paulista – UNIP; Teresa

Anunciata C. dos Santos - Pastoral da Criança; Adalgisa Oliveira

da Silva - Associação Nova Esperança São Francisco; Vânia Luzia

Cabrera - CRN - 3 - Conselho Regional de Nutricionistas 3° Região

(SP e MS); Elcio Pires - Sindicato dos Técnicos de Segurança

do Trabalho do Estado de São Paulo; Ieda Ferreira de Donato

- Instituto Kilowa de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas;

Iraci Roberto do Nascimento - Clube de Mães do Jardim Nove

de Julho; Ekaterine – Instituto Alana; Ana Paula Bortoletto e Keli

Cristina Alves Dantas – IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor;

Erika Rodrigues – Universidade de São Paulo; Marcelo Mazeta

Lucas, Leandro Costa Cuerbas e as estagiárias Daniela de

Castro Rodrigues e Joyce Godinho Martins – Secretaria Municipal

do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; Solange

C. S. Redolfi e Suely Feldman Bassi – Secretaria Municipal do

Verde e Meio Ambiente; Vera Helena Lessa Villela - Secretaria

Municipal de Saúde; Osvaldo Logatto – Secretaria de Coordenação

das Subprefeituras; Silvana Lucena dos Santos Drago – Secretaria

da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; Agnes

Hanashiro – Secretaria Municipal de Educação; José Cano

Herédia Neto – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Dando início à reunião do COMUSAN-SP, o Sr. Leandro

fez a leitura dos pontos de pauta e solicitou que se os presentes

se posicionassem caso tivessem sugestões de novos pontos a

serem discutidos. Não tendo acréscimos, a pauta sugerida foi

aprovada. O Sr. Marcelo prosseguiu falando do curso INTERANUTRI

AGENTE, reforçando a importância dos conselheiros realizarem

o curso e enfatizando que é um trabalho empenhado

numa parceira entre a prefeitura de São Paulo e a REDESANS,

na pessoa da Profª Maria Rita. Informou que a aula inaugural

será no dia 17 de agosto de 2015 e que a previsão de seu término

é no final de novembro. A Sra. Solange, ressaltou o envolvimento

do Conselho, por meio do Grupo de Formação, na

construção do curso de acordo com a realidade da cidade de

São Paulo. O Sr. Leandro enfatizou que essa parceria com a

UNESP e a oferta de formação em Segurança Alimentar e Nutricional

forma demandas que estiveram presentes nas Pré-Conferências

Macrorregionais e na 6ª Conferência Municipal de Segurança

Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo – 6ª

CMSAN. O Sr. Marcelo convidou os presentes a iniciarem o balanço

sobre a Conferência falando sobre a importância da mesma

enquanto um momento histórico para a cidade, pois houve

a importante articulação com o prefeito, o Sr. Fernando Haddad,

o que reforçou o compromisso de sua Gestão com relação a

SAN no município, com a esfera nacional, nas figuras do Exmo.

Ministro de Estado, o Sr. Patrus Ananias e do Secretário Nacional

de Segurança Alimentar e Nutricional, o Sr. Arnoldo de

Campos que juntos assinaram o Termo de Adesão do Município

de São Paulo ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional – SISAN. Informou que, a partir dessa assinatura, a

prefeitura tem o compromisso de, no prazo de um ano, fazer o

Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN)

e que estão sendo feitas articulações para que sejam feitas

oficinas para a construção desse Plano. Iniciando a avaliação

sobre o processo de Conferência, a Sra. Nadir disse estar

mais preocupada com o trabalho que se inicia a partir disso. A

Srta. Erika, apontou que nas Pré-Conferências o tempo para debate

foi muito escasso e que, dessa forma, focou-se mais em

proposições e que, assim, não houve a compreensão e sim somente

a aceitação das propostas. O Sr. André L. levantou a necessidade

de se pensar em um novo modelo de participação, de

se renovar, pois já foram realizadas seis edições e sempre da

mesma forma, não havendo, nesse caso, espaço para o contraditório.

A burocracia vai impondo o seu tempo e o debate e a

formação ficam para segundo plano. A Sra. Adalgisa ressaltou

que é a primeira vez que participa desse processo mesmo tendo

experiência de mais de 30 anos em liderança comunitária e que

foi um processo muito importante e que o desafio agora é mostrar

o que é o COMUSAN e a que ele veio. . A Sra. Márcia Thomazinho

falou de sua preocupação com relação à infraestrutura,

principalmente na questão do trabalho voluntário das

conselheiras na cozinha, pois os Conselheiros tinham que estar

participando de outra forma, contribuindo nas discussões. Sobre

a questão do tempo, disse ter sido muito escasso no primeiro

dia (sexta-feira) e por isso houve pouco tempo para discussão.

Ainda apontou que o processo de eleição foi esvaziado por

conta, por conta da falta de maior envolvimento. E esclareceu

que, mesmo com todas as dificuldades, há um balanço positivo

de todo o processo. A Sra. Vânia apontou que o COMUSAN e

suas ações precisam ser conhecidas pela população e que na

eleição houve bastante pessoas que não sabiam o que estava

acontecendo naquele momento e é importante que soubessem,

pois cada um delas representa um grupo na sociedade. Reforçou

ainda que é necessário maior tempo para Organização e

outra Metodologia se faz necessária, inclusive, para uma participação

mais consciente dos conselheiros. O Sr. André L. disse

que o balanço pode reverberar nas outras instâncias (Estadual e

Nacional) com uma Institucionalidade forte do COMUSAN. Disse

também que o Regimento da Conferência pode ser aprovado

antes, que devem se antever alguns problemas que podem surgir

e que o que foi combinado na metodologia deve ser mantido

sem exceções. O Sr. Jair reforçou a importância da mobilização

que foi feita para as Pré-Conferências, pois ao comparar

com outros eventos realizados pela prefeitura vemos que foi

feito um grande trabalho nesse sentido. A Sra. Ekaterine disse

que o modelo de Conferência tem sofrido desgastes na energia

dos participantes quando há alguns dos empecilhos apontados

e que a leitura e aprovação do Regimento é algo que contribui

com isso, pois toma muito tempo e energia. Citou como exemplo

o que foi pensado pelo CONSEA-Nacional que disponibilizou

antes o Regimento para só se discutir os “destaques” na

Conferência. O Sr. André B. disse ter uma avaliação bastante

satisfatória, mas que o principal inimigo foi o tempo, que a organização

foi muito acelerada. Afirmou que o COMUSAN tem

que ter a legitimidade de colocar ao Poder Público quando não

for possível se fazer de forma acelerada e que agora é necessário

criar um fluxo de trabalho para o encaminhamento das

questões; fazer um comparativo entre as demandas antigas e as

atuais para ver o que houve “de novo”. O Sr. Élcio ressaltou que

a integração de todos no processo representa a ordem e a organização.

Tinham pessoas que estavam lá sem saber o que exatamente

faziam lá. Que houve uma confusão ao unir as agendas

(inauguração e abertura). Repensar o papel do CONSELHO e o

que cada um representa nele e a sua importância no “caminhar

da cidade”. Há necessidade que os Conselheiros “militem” um

pouco mais. O Sr. Mizawa disse que a cidade não tem tradição

em Movimentos de SAN, diferentemente de outros movimentos

como, por exemplo, a Saúde. Informou que na sua região, durante

as etapas macrorregionais, não houve a participação da

administração. Por fim, solicitou que o Conselho esteja mais inserido

na sociedade e não somente restritos às participações

individual. A Sra. Ana Paula pontuou que suas expectativas foram

superadas diante do que havia acompanhado das discussões,

que achou importante a valorização do momento da alimentação

e a socialização e que saiu com a impressão de que o

COMUSAN está em um bom momento de articulação. O Sr.

Neto disse que precisamos pensar em como a pauta da SAN

atinge a cidade e que, quando abrimos para “participação” temos

também que abrir para a “avaliação”. Que embora o tema

não esteja pautado na cidade, o COMUSAN conseguiu colocar

isso em discussão. Também pensa que o COMUSAN deva reavaliar

os métodos de participação social e que traçar um cronograma

para a realização do Plano que é a grande tarefa do

Conselho pós-conferência. O Sr. Leandro fechou as inscrições

para a avaliação e abriu as falas para que pudessem apontar os

encaminhamentos que o Conselho precisa tomar no pós-conferência.

Informou que o Relatório Final da 6ª CMSAN está sendo

feito pela Comissão de Relatoria e Temário; o Regimento Interno

do COMUSAN precisa ser concluído pelo Grupo de Institucionalidade

e aprovado em Plenária; precisa ser formada a Comissão

Executiva que auxiliará os trabalhos da Secretaria

Executiva e da Presidente; e que as Comissões Regionais precisam

ser formadas. A Sra. Solange solicitou que o Regimento

seja encaminhado para o e-mail de todos os Conselheiros para

conhecimento e para contribuições. O Sr. André L. acha necessário

que o Relatório Final tenha um capítulo específico para

apontamentos sobre os aprendizados dessa Conferência para

que as demais não passem pelos mesmos problemas. Demais

encaminhamentos apontados pelos conselheiros: - divulgar a

Carta Política e as propostas de forma massiva; -pautar as reuniões

do COMUSAN com base nas propostas e trazer nessas

reuniões os responsáveis da gestão em cada um dos assuntos;

-promover o fortalecimento da atuação do COMUSAN; - levantar

as prioridades para serem apresentadas à CAISAN; -apresentar

para a CAISAN uma metodologia de construção do Plano

para que o COMUSAN, posteriormente, monitore as ações; -

chamar a Secretaria de Gestão para a questão da produção do

Plano. A Sra. Nadir informou que acha necessário pensar no

modelo de Gestão dos Equipamentos de SAN, em especial os

Centros de Referência. O Sr. André L. reforçou que é os desdobramentos

da Conferência têm que ser imediatos apontando

que é preciso ter um Ato na Câmara para apresentar e pactuar

as propostas e que estas devem ser levadas também ao Tribunal

de Contas do Município. O Sr. André B. acha necessário que o

COMUSAN trabalhe com a CAISAN para a formulação do PLANO.

O Sr. Jair solicita que tenha representação das Subprefeituras

para apoiar e subsidiar a formação das Comissões Regionais.

A Sra. Silvana falou que o COMUSAN tem que pensar o

porquê das propostas se perderem e não serem acompanhadas

e também o porquê de elas não aparecerem nas políticas públicas

formuladas e nem na forma como são entregues à população.

Em agosto/15 está sendo decidido o ORÇAMENTO para o

próximo ano, por isso o COMUSAN tem que buscar estratégias

para que as propostas podem ser entregues agora, ainda durante

a construção desse orçamento. A Sra. Vera apontou a importância

de se fazer uma força tarefa do COMUSAN para participação

nas Audiências Públicas com o objetivo de encaminhar as

propostas e também para que as propostas sejam colocadas

site. O Sr. André L. informou que o Conselho pode fazer recomendações

encima das propostas da 6ª CMSAN, principalmente

aqueles que têm um caráter de maior urgência, por exemplo, a

questão da água, alimentos orgânicos na alimentação escolar.

Terminados os encaminhamentos, o Sr. Leandro convidou os

Conselheiros a darem os informes que julgarem necessários. A

Sra. Bettina informou sobre o Fórum de Alimentação Escolar da

Região Sudeste – 17 a 21 agosto/15 – Águas de Lindóia e falou

da sua participação na Audiência Pública, bem como a necessidade

de ser feito um documento para subsidiar os conselheiros

nas próximas audiências. O Sr. Mizawa informou sobre a realização

do Fórum de Produção Orgânica – 27-jul-15 no qual

acontecerá a eleição da Comissão de representantes da sociedade

civil. Também informou sobre sua participação na Audiência

Pública onde apresentou as demandas da Segurança Alimentar

e Nutricional. O Sr.André B. informou sobre o 7º.

Encontro Paulista de Agroecológia – 14 a 17 outubro/15 – em S.

Bernardo do Campo. Após os informes, o Sr. Leandro informou

que, como parte do processo de formação dos conselheiros, foi

pensado na retomada do “Diálogos” e que nesse primeiro momento

abordaria a questão da “Regulação da Publicidade no

contexto da Segurança Alimentar e Nutricional” e passou a fala

para as Sras. Ekaterine e Ana Paula, representante do Instituto

Alana e do IDEC respectivamente. A Sra. Ekaterine apresentou

as propostas que apareceram na 6ª CMSAN (Relatório Final e

Carta Política) com relação ao tema para se pensar em como o

COMUSAN pode encaminhar isso. A Sra. Ana Paula esclareceu

alguns pontos com relação à temática e o trabalho que ambas

instituições realizam nesse sentido. Foram feitos alguns debates

encima do que foi apresentado e reforçou-se a importância de

outro momento para aprofundamento do tema com todos os

conselheiros. Como propostas saíram: formação dos conselheiros

do CAE com relação à temática e a questão das cantinas

escolares; um projeto piloto de cantina saudável com viabilidade

econômica; reunião conjunta entre CAE e COMUSAN; verificar

o que nessa temática efetivamente é da alçada do município

em colocar em prática; e a formação de espaços de ações

para que as propostas sejam efetivadas. Por fim, foram fechadas

datas para reunião do Grupo de Trabalho Institucionalidade

e para a Comissão de Relatoria e Temário e foi decidida a realização

de uma reunião extraordinária do COMUSAN no dia 13

de agosto diante da urgência dos encaminhamentos apontados.

Nada mais havendo a ser tratado, a Sr. Leandro encerrou a presente

reunião. Eu, Leandro Costa Cuerbas, Secretário Executivo

do COMUSAN-SP, redigi e lavro a presente ata.

Ata da 2ª da Reunião extraordinária da VI Gestão do Conselho

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São

Paulo – COMUSAN-SP. Aos treze (13) dias do mês de agosto

de 2015, no Mercado Gourmet, espaço interno ao Mercado

Municipal Paulistano, na Rua da Cantareira, 306, Centro, São

Paulo – SP, realizou-se a 2ª Reunião Extraordinária da VI Gestão

do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional –

COMUSAN-SP. PAUTA: 1. Apresentação e Votação do Regimento

Interno do COMUSAN-SP; 2. Resultado do Grupo de Relatoria

(prioridades apontadas pelo COMUSAN à CAISAN para a elaboração

do Plano); 3. Apresentação da Proposta de Trabalho da

CAISAN para a formulação do Plano e demandas; e 4. Informes

dos Conselheiros. Estiveram presentes, conforme assinatura

em lista: Valéria de Oliveira – Igreja Evangélica Assembléia

de Deus Ministério a Missão de cristo; Ivan Souza Moraes –

Movimento pela Cidadania e Solidariedade do Estado de São

Paulo; Nadir Silva Moraes – Rede Local de SANS do Butantã;

Fabiana Sanches de Oliveira – Sloow Food; Fabiana P. C. Servilha

– Sociedade Vegetariana Brasileira; Milton Perez – ABPA

– Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes; Ana Flávia

Borges Badue – Instituto Kairós Ética e Atuação Responsável;

Betina Gerken Brasil – Universidade Paulista – UNIP; Márcia C.

Cristina P. S. Thomazinho – Fundação ABRINQ; Tereza Anunciata

C. Dos Santos – Pastoral da Criança; Adalgisa Oliveira da Silva –

Associação Nova Esperança São Francisco; Vânia Luzia Cabreira

– CRN – 3 – Conselho Regional de Nutricionistas 3º Região (SP

e MS); Milcira Teixeira Filho – Sindicato dos Nutricionistas do

Estado de São Paulo; Martes Gomes de Holanda – Empreendimento

de Economia Solidária Mãos na Massa; André Luzzi –

Ação da Cidadania; Claudia Elizabete da Silva – SMSP; Michele

Alexandra dos Santos – SMADS; Rita Helena Lessa Vilela – SMS;

Agnes Hanashiro – SME; José Cano Herédia Neto – SMDHC;

Suplente Solange Cavalcante da Silva - SVMA. Justificaram ausência:

Maria do Céu M. de Oliveira, da Associação Beneficente

Mabel. Dando início à reunião do COMUSAN-SP, o Sr. André

Luzzi fez a leitura do Regimento e solicitou que fossem apontados

os destaques de alteração no texto e apontou que aquilo

que não fosse destacado não sofreria alteração, seria automaticamente

mantido. Foi feito destaques no Artigo 10 sobre os

órgãos que participam do COMUSAN, no qual foi acrescentado,

além de “entidades”, o termo “organizações”. No Artigo 12,

o foco das discussões foi a questão do quórum para a realização

da reuniões e ficou decidido pela maioria que inicia-se a

mesma na primeira chamada com 50% mais um de membros

votantes e depois disso com qualquer número de membros

votantes, principalmente em respeito à participação dos que

se predispõem estar nas reuniões nos dias previstos. No Artigo

16, foi feita discussão sobre a dinâmica de votação que seria

estabelecida nas reuniões do Conselho. Nesse sentido, foi acrescentado

que primeiro tenta-se consenso entre os Conselheiros

e que depois entra-se em regime de votação. No Artigo 17, o

apontamento referiu-se à publicação das Atas das reuniões e

convencionou-se que esta deve ser publicada em Diário Oficial

e disponibilizada no site do COMUSAN. Sobre o descredenciamento

das entidades eleitas, foram feitas discussões sobre

a quantidade de falta que pode ser dada pelos Conselheiros.

Dessa forma, houve consenso na ideia de que a falta da dupla

(titular e suplente) configuram uma falta, ou seja, havendo

substituição do titular pelo suplente, a falta não é computada.

No Artigo 20, foi acrescentado que atitudes anti-éticas pode

ocasionar a perda do mandato pelo praticante. No Artigo 21, foi

acrescentada a necessidade de que, no caso de o representante

do poder público faltar a três reuniões consecutivas ou cinco

alternada, a Secretaria deverá ser notificada. O Artigo 25, que

versava sobre a constituição de uma Comissão Institucional foi

suprimido, pois já está previsto em decreto a criação da Comissão

Executiva. No Artigo 26, foi sugerido e aprovado a criação

de mais um tema como parte da competência das Comissões

Regionais. Além disso, nesse mesmo artigo, foi acrescentado o

item “g) entre outros”, para que essas Comissões tenham autonomia

para escolher temas que tenham a ver com sua realidade.

Sobre a regionalização a ser seguida para a articulação das

Comissões Regionais, foi votada a favor da utilização das 07

regiões formuladas para a realização das 07 Pré-Conferências

Macrorregionais. Ainda sobre as Comissões Regionais, ficou

estabelecido que a regionalização pode ser alterada durante o

processo e que é facultado ao COMUSAN-SP criar as Comissões

Locais no âmbito da regionalização por Subprefeitura. Outro

ponto de discussões, foi a questão da criação das Comissões

Permanentes, principalmente sobre excesso na quantidade.

Assim, foram feitas supressões e agregações de Comissões Permanentes,

que passou de 10 Comissões para 05, após consenso

dos presentes. Foram levantados questionamentos sobre a falta

de artigo no Regimento que preveja como será feita a eleição

da próxima Gestão do Conselho. O Sr. Leandro, informou que no

decreto nº 55.867, que reestruturou o COMUSAN-SP, há uma

artigo que fala sobre a formação de uma Comissão para esse

fim. Dessa forma, esse mesmo texto fará parte do Regimento.

O Regimento foi colocado em votação e aprovado pelos presentes.

Em seguida, o Sr. Leandro solicitou que os Conselheiros

dessem seus informes, conforme segue: a Sra. Ana Flávia falou

da sobreposição das datas da Conferência Estadual e do Encontro

Nacional da Água. Depois disso, convidou a todos a participarem

do “Sarau e Tecnologias Alternativas”. Ainda falou sobre

a carta a ser encaminhada para o prefeito Fernando Haddad

sobre a questão do reconhecimento formal de Grupo de Gestão

de Feira Orgânica; a Sra. Agnes falou sobre a realização de uma

assembleia para a eleição de entidades da sociedade civil para

comporem o Conselho de Alimentação Escolar do Município e

convidou os presentes a participarem e auxiliar na divulgação

e mobilização. Agnes também informou sobre o convite que foi

feito à prefeitura de São Paulo para inscrever experiências em

Segurança Alimentar e Nutricional para o Encontro Internacional

de Políticas de Alimentação no meio Urbano. Eu, Leandro

Costa Cuerbas, Secretário Executivo do COMUSAN-SP, redigi e

lavro a presente ata.

Ata da 6ª Reunião Ordinária VI Gestão do Conselho Municipal

de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP.

Aos vinte (20) dias do mês de agosto de 2015, no Mercado

Gourmet, espaço interno ao Mercado Municipal Paulistano, na

Rua da Cantareira, 306, Centro, São Paulo – SP, realizou-se a

6ª Reunião da VI Gestão do Conselho Municipal de Segurança

Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP. PAUTA: 1.Formação da

Comissão Executiva; 2. Apresentação da Proposta de Trabalho

da CAISAN para a formulação do Plano e demandas; e 3. Resultado

do trabalho do Grupo de Relatoria (prioridades apontadas

pelo COMUSAN à CAISAN para a elaboração do Plano). Estiveram

presentes, conforme assinatura em lista: Rita Helena Bueno

Pinheiro e Vera Helena Lessa Vilela – SMS; Agnes Hanashiro –

SME; Cristina Rezende Maria – SMPIR; Maria do Socorro Alves

– Associação Beneficente Esporte Cultura e Lazer Nosso Sonho;

Ivan Souza Moraes – Movimento pela Cidadania e Solidariedade

do Estado de São Paulo; Nadir Silva Moraes – Rede Local de

SANS do Butantã; Bruno Angelo Nepomuceno - Instituto Portal

da Cidadania; Milton Perez – ABPA – Associação Brasileira

para Prevenção de Acidentes; Marcia M. Timoteo – Associação

Cultural, Recreativa, Educacional e Social Vozes do Caminho –

ACRESVC; Luciana C. Machado C. Gonçalves – Serviço Social do

Comercio – SESC – Maria Helena Flaviano – Associação Comunitária

Francisco Pinheiro ACROFAPI ; Christiane Gasparini Araujo

Costa – Instituto Polis; Betina Gerken Brasil – Universidade

Paulista – UNIP; Márcia C. Cristina P. S. Thomazinho – Fundação

ABRINQ; Tereza Anunciata C. Dos Santos – Pastoral da Criança;

Adalgisa Oliveira da Silva – Associação Nova Esperança São

Francisco; Vânia Luzia Cabreira – CRN – 3 – Conselho Regional

de Nutricionistas 3º Região (SP e MS); Laura Magrini Luiz Alonso

– Associação Paulista de Nutrição – APAN; Elcio Pires – Sindicato

dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de São

Paulo; Milcira Teixeira Filho – Sindicato dos Nutricionistas do

Estado de São Paulo e André Luzzi – Ação da Cidadania. Dando

início à reunião do COMUSAN-SP, a Sra. Nadir falou sobre as

reuniões que têm tido do Conselho de Planejamento e Orçamento

Participativo – CPOP, no qual representa o COMUSAN-SP.

Informou sobre as propostas de SAN que apareceram nas Audiências

Públicas, totalizando 27 propostas, e que há necessidade

de se pensar prioridades para a cidade de São Paulo, que serão

votadas até 30 de setembro para posterior fechamento da LOA

2016. Ivan disse estar preocupado com o esvaziamento das

reuniões do COMUSAN e que é preciso debater isso com os presentes,

inclusive estratégias para a retomada da mobilização.

Agnes falou do evento “Missões Além do Prato” e convidou

os Conselheiros(as) a participarem. O Sr. André L. sugeriu que

o COMUSAN envie uma carta para a CAISAN recomendando o

que julga-se prioridade para a efetivação do trabalho e construção

do Plano de SAN. A Sra. Christiane mostrou-se preocupada

com a complexidade do momento, principalmente pelo esvaziamento

do Conselho. Julga que há capacidade técnica para

resolução e prosseguimento do trabalho, mas que para que haja

um processo bastante participativo ainda há um longo caminho

para percorrer. O Sr. Ivan afirmou que a principal prioridade do

COMUSAN é a criação das Comissões Regionais e que deve-se

articular com os Conselhos Participativos. Christiane reforçou

que o Conselheiro é um multiplicador e tem que participar das

reuniões e que já está definido o que as Comissões Regionais

vão fazer. A necessidade agora, é de criar a metodologia de

trabalho. Apontou ainda que as prioridades tem que ser algo

que pontua uma temática que possa reverberar e várias outras.

Após as ideias apontadas e as discussões realizadas, o

Sr. Leandro apresentou o Plano de Trabalho da CAISAN para

a construção do Plano Municipal de SAN. Christiane reforçou

que o Conselho precisa se apropriar d proposta e dizer como

que o conselho participa dessa proposta. André afirmou que o

Conselho precisa, junto à CAISAN, pactuar o que é uma política

de SAN e que essa concepção deve ser produto de uma oficina,

um texto sobre o que é a política para que o Plano seja embasado

nisso. Christiane explicou que a politica não é dar um

laço em tudo o que existe, mas em quais articulações podemos

construir na temática e propôs que o COMUSAN se dedique

na realização de discussão no nível das subprefeituras.Também

reforçou que fazer com que a CAISAN funcione e façam

as articulações necessárias à realização dessa oficina. André

sugeriu que a política pode ter um capítulo sobre o nível local.

Em seguida, foi formada a Comissão Executiva, solicitando que

os presentes se colocassem enquanto candidatos. A Comissão

Executiva ficou composta pelos seguintes conselheiros(as) da

sociedade civil: Titulares: André Luzzi, Vânia Cabrera, Ana Flávia

Badue, André Biazotti, Márcia Thomazinho e Bettina. Suplentes:

Adalgisa, Bruno Nepomuceno, Nadir Moraes, Luciana, Tereza

e Dalva. Poder público: Titulares: Solange Redolfi, Rita Helena

e Cristina Rezende. Suplentes: Suely Bassi, Vera Vilella e Aurelina.

Decidiu-se que a eleição da coordenadora e secretária

da Comissão Executiva fosse eleita em reunião própria. A Sra.

Márcia Tohomazinho sugeriu que fosse feita uma minuta para

dar subsídios ao funcionamento de cada Comissão Permanente.

Também sugeriu que fosse encaminhada uma Circular para que

cada conselheiro(a) se coloque em alguma das cinco Comissões

Permanentes constantes no Regimento Interno do COMUSANSP.

Nadir pediu auxílio dos Conselheiros na escrita de uma Moção

em apoio à transferência do CRSAN-BT para a Secretaria do

Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo. Eu, Leandro

Costa Cuerbas, Secretário–Executivo do COMUSAN-SP, redigi e

lavro a presente ata.

Ata da 7ª da Reunião Ordinária da VI Gestão do Conselho

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSANSP.

Aos dezessete (17) dias do mês de setembro de 2015, no

Mercado Gourmet, espaço interno ao Mercado Municipal Paulistano,

na Rua da Cantareira, 306, Centro, São Paulo – SP, realizou-

se a 7ª Reunião da VI Gestão do Conselho Municipal de

Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP. PAUTA: 1.

Abertura e expediente; 2.Comunicações da Presidente; 3.Informes

da Secretaria Executiva; 4.Orçamento COMUSAN-SP; 5.Comissões

Regionais; 6.V Conferência Estadual de Segurança Alimentar

e Nutricional; 7.Encontro Nacional da Água; 8.

Comissões Permanentes; 9.Informes dos conselheiros e 9.Encerramento.

Estiveram presentes, conforme assinatura em lista:

Rita Helena Bueno Pinheiro e Vera Helena Lessa Vilela – SMS;

Osvaldo Logatto – SMSP; Solange Cavalcante da Silva – SVMA;

Luis Henrique Marinho – SDTE; Titular Cristina Rezende Maria –

SMPIR; Ivan Souza Moraes – Movimento pela Cidadania e Solidariedade

do Estado de São Paulo; Nadir Silva Moraes – Rede

Local de SANS do Butantã; Bruno Angelo Nepomuceno - Instituto

Portal da Cidadania; Milton Perez – ABPA – Associação Brasileira

para Prevenção de Acidentes; Marcia M. Timoteo – Associação

Cultural, Recreativa, Educacional e Social Vozes do

Caminho – ACRESVC; – Maria Helena Flaviano – Associação

Comunitária Francisco Pinheiro ACROFAPI ; Christiane Gasparini

Araujo Costa – Instituto Polis; Betina Gerken Brasil – Universidade

Paulista – UNIP; Natalício T. de Albuquerque – Associação

Beneficente Cristo Sapopemba; Maria de Fátima Rodrigues –

Comunidade Kolping São Francisco Guaianases; Fabiana Sanches

de Oliveira – Slow Food; Camila Mendes Kneip – Banco de

Alimentos Associação Civil; Milad Alexandre Mack Atala – Associação

Intituto Ata; André Ruoppolo Biozoti – Instituto 5 Elementos;

Ana Flávia Borges Badue – Instituto Kairós Ética e Atuação

Responsável; Dalva Maria de Oliveira – Movimento pelo

Direito à Moradia; Maria do Céu M. de Oliveira – Associação

Beneficente Mabel; Avani Florentino de Oliveira – Movimento

Social Indígena; Jair Cardoso Neto – Ilê Aché Omo Ode; Tereza

Anunciata C. Dos Santos – Pastoral da Criança; Adalgisa Oliveira

da Silva – Associação Nova Esperança São Francisco; Vânia

Luzia Cabreira – CRN – 3 – Conselho Regional de Nutricionistas

3º Região (SP e MS); Elcio Pires – Sindicato dos Técnos de Segurança

do Trabalho do Estado de São Paulo; Milcira Teixeira Filho

– Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo; André

Luzzi – Ação da Cidadania; Amanda C. Ribeiro, Amanda de Farias

Santos, Beatriz Pereira Pancotto, Camila Cerqueira Souza,

Claudia C. Vieira Pastorello, Isabela C. F. Moreira, Maria Laura R.

F. Semolini, Mateus Campos Casaro, Milena Gomes Vancini, Natalia

J. Valle Walter, Valéria Clarissa de Oliveira, Fernando Santos

de Carvalho, Ana Carolina Machado Poppe, Aldo Riggiere, Angélica

Campos Nakamura e Gustavo Nagib – alunos do curso de

nutrição da Universidade de São Paulo – USP. Dando início à

reunião, foi feita a leitura da proposta de Orçamento feita pela

Comissão Executiva e foram feitos alguns acréscimos de informações

e a composição final foi aprovada. A Plenária indicou

que o documento deva ser encaminhado como Recomendação

do COMUSAN à SDTE. A Sra. Christiane falou sobre a realização

do Encontro Nacional da Àgua organizado pelo CONSEA-Nacional

e que é parte dos 5 Encontros Temáticos que antecedem a

5ª Conferência Nacional de SAN e falou da importância de o

COMUSAN estar presente no evento e contribuir com o debate.

A Sra. Fabiana disse ter dúvidas sobre a metodologia do encontro.

O Sr. André L. explicou que haverá palestras e apresentações

sobre temas ligados à água como subsídio às discussões e

num outro momento serão formados grupos para discussão e

elaboração de propostas. Ficaram as seguintes pessoas como

representantes do COMUSAN-SP ou que indicariam pessoas

para participar: Sra. Adalgisa informou que a Zeladoria Ambiental

indicará um representante; o Sr. Matias se propôs a participar;

a Sra. Cristina da SMPIR iria consultar a possibilidade de ter

algum representante. Sobre a V Conferência Estadual, a Sra.

Christiane explicou o funcionamento da realização das Conferências

em seus diversos níveis (Municipal, Estadual e Nacional),

falou da importância das mesmas enquanto um momento

de grande mobilização da sociedade e de proposições importantes,

calcadas na realidade. A Sra. Nadir apresentou o que foi

discutido pela Comissão Executiva sobre o que seria importante

levar em consideração nas discussões da Conferência Estadual:

a problemática da água, dos agrotóxicos, das políticas agrícolas

e da alimentação escolar em nosso estado. O Sr. André L. afirmou

a importância da construção de um material com reflexão

sobre os principais temas que o Estado tem que efetuar e o que

tem a ver com a Capital no que tange ao agronegócio, à política

de industrialização. A Sra. Christiane apontou que é necessário

que sejam discutidos os Centros de Referência que foram

construídos no interior e que são ligados às Comissões Regionais,

pois estão praticamente inativos. O Sr. Ivan disse preocupar-

se com a questão das populações vulneráveis no estado. O

Sr. André informou a necessidade de apontar ao governo do estado

suas responsabilidades na Política de SAN e no SISAN. A

Sra. Ana Flávia citou como exemplo, o fato de a compra da

Agricultura Familiar na alimentação escolar estadual ser pequena.

Ela também abordou a necessidade do COMUSAN demandar

na Conferência Nacional que o FNDE aumente o per capita

da alimentação escolar , afim de se evitar que haja uma regressão

geral da compra de orgânicos da Agricultura Familiar. A Sra.

Christiane reforçou que São Paulo é o estado do agronegócio e

que se faz urgente reivindicar espaço para a Agricultura Familiar

A Sra. Fabiana apontou a necessidade de empoderamento

da Comissão de Relações Institucionais e Comunicação para

usar a publicidade a favor do Conselho e lutar contra esses

problemas de forma sistemática. A Sra.Nadir lançou a questão

sobre qual é o Plano de SAN do Estado e que se ele existe, o

que efetivamente está sendo feito. Reforçou ainda que não há

fomento à participação social que se manifeste em ações. O Sr.

Gustavo falou da necessidade de aproximar a pesquisa com a

prática, sendo importante a criação mecanismos de aproximação

entre Universidade e as ações dos governos. Citou como

exemplo a questão dos produtos que não conseguem a certificação

por conta da falta de análise do solo. Informou ainda que

está prestes a ser aprovado um curso sobre Agronegócio na

USP. A Sra. Bettina reforçou a importância desse alinhamento,

da participação da Universidade e do conhecimento científico

na construção das políticas. Sobre a questão da Agricultura Urbana,

a Sra. Maria do Céu sugeriu que fosse pensado um evento

para discutir os temas ligados a isso, seminários temáticos.

Após as discussões realizadas pelos(as) Conselheiros(as), foi

aberta uma rodada de falas e impressões dos(as) Delegados(as)

à 5ª Conferência Estadual de SAN. A delegada do Poder Público,

a Sra. Vilma falou da situação crítica das aldeias indígenas que

está sem abastecimento de água, as crianças com problemas de

nutrição, não há serviços específicos para os indígenas, a construção

do Rodoanel impactou na aldeia do Jaraguá. Há o problema

da titularidade das terras e que atualmente há duas

reintegrações de posse (Jaraguá e outra no Sol Nascente). Informou

que em Parelheiros está em negociação a certificação do

território indígena. A delegada do poder Público, a Sra. Cristina

reforçou que o mesmo acontece com os quilombolas e ficou de

verificar com os GT’s que tratam do assunto no Conselho Indígena,

para produzir um documento. O Sr. Jair, delegado pela sociedade

civil, disse estar preocupado os problemas enfrentados

com relação à logística de programas de distribuição de cestas

para a população de terreiro. O Sr. Jorge, delegado pela sociedade

civil, disse estar confuso com as discussões, pois não ouviu

falar da Conferência Estadual e que esse era o intuito de sua

participação. A Sra. Christiane esclareceu que são dois momentos

para a reunião desse dia, um primeiro momento de discussão

do próprio Conselho e a partir das 11h o momento para a

discussão junto aos (às) delegados(as) sobre as diretrizes para a

Conferência Estadual. Algumas informações não estão sendo

passadas, pois não as temos efetivamente. Após esse momento,

abriu-se espaço para a apresentação dos informes dos(as)

Conselheiros(as). Como encaminhamentos prioritários ficaram:

a escrita da Carta Política a ser encaminhada à Conferência Estadual;

o encaminhamento da proposta de Orçamento do COMUSAN-

SP para o Gabinete da SDTE; a organização de um GT

(no bojo da Comissão Permanente 2) sobre Agricultura Urbana

em articulação com pesquisadores e entidades que trabalham

com o tema; que na próxima reunião tenha um momento para

que o Coordenador de SAN, o Sr. Marcelo Mazeta, fale sobre a

criação da COSAN. Eu, Leandro Costa Cuerbas, Secretário-Executivo

do COMUSAN, redigi e lavro a presente ata.

**Licitações, Pág. 98**

**DESENVOLVIMENTO,TRABALHO**

**E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**DESPACHO DO SECRETÁRIO**

**2013-0.258.474-6**

SDTE e Ark Tec Guarda de Documentos Ltda - 2º Termo de

Aditamento. I – No exercício da competência que me foi atribuída

por Lei, à vista dos elementos de convicção contidos no presente,

especialmente a manifestação da Supervisão Geral da Administração

e Finanças, da Supervisão de Execução Orçamentária

e Financeira e do parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta, o

qual acolho, com fundamento no artigo 57, inciso II da Lei Federal

8.666/93, AUTORIZO, a prorrogação do prazo de vigência

do Contrato n° 001/2014/PMSP/SDTE firmado com a empresa

Ark Tec Guarda de Documentos Ltda., inscrita no CNPJ sob n°

65.689.895/0001-69, pelo período de 12 (doze) meses, contados

a partir de 13/02/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de

guarda, armazenamento, conservação, arquivamento, transporte

e gerenciamento de documentos dos arquivos permanentes e

ativos produzidos por esta Pasta, no valor global estimado de R$

43.973,48 (quarenta e três mil, novecentos e setenta e três reais

e quarenta e oito centavos). II – Desta forma, face às normas e

procedimentos fixados pelo Decreto Municipal nº 56.779/2016,

AUTORIZO a emissão das respectivas Notas de Empenho, onerando

as seguintes dotações: 30.10.11.333.3019.8.088.3.3.90.3

9.00.00, 30.10.12.366.3019.8.083.3.3.90.39.00.00, 30.10.11.33

.3019.8.090.3.3.90.39.00.00 e 30.10.11.122.3024.2.100.3.3.90

.39.00.00, e em respeito ao princípio da anualidade financeira,

deverá o restante das despesas onerar dotação própria do exercício

vindouro, observando, no que couber, as disposições das Leis

Complementares n° 101/00 e n° 131/09 (LRF).

**EXTRATOS**

**PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONVÊNIO Nº**

**25/2014/SDTE.**

**2014-0.301.093-1**

Concedente: Secretaria Municipal do Desenvolvimento,

Trabalho e Empreendedorismo – SDTE

Convenente: Central de Cooperativas de Empreendimentos

Solidários – UNISOL Brasil.

Objeto do aditamento: Prorrogação do prazo de vigência

por 40 dias, contados a partir de 18/12/2015.

Signatários: Artur Henrique da Silva Santos, pela SDTE e

Arildo Mota Lopes, pela UNISOL BRASIL.

(Publicado nesta data por omissão).

**SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO AO CONVÊNIO**

**025/2014/SDTE**

**2014-0.301.093-1**

Concedente: Secretaria Municipal do Desenvolvimento,

Trabalho e Empreendedorismo – SDTE

Convenente: Central de Cooperativas de Empreendimentos

Solidários – UNISOL Brasil.

Objeto do Convênio: Implantação do projeto de economia

popular e solidária

Objeto do aditamento: Prorrogação da vigência: 1.1. Prorrogação

do prazo de vigência do ajuste original, pelo período

de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 26/01/2016;

e acréscimo legal, equivalente a 15% (quinze por cento) sobre o

valor inicial do ajuste original, nos termos do artigo 65, inciso I,

alínea “b” e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Valor estimado: R$ 7.360.000,00 (sete milhões e trezentos

e sessenta mil reais)

Data da assinatura: 26/01/2016.

Dotações orçamentárias: 30.10.11.334.3.023.4.313.3.3.90.

39.00.00, 30.10.11.334.3.019.8.085.3.3.90.39.00.00 e 30.10.11

.334.3.019.8.100.3.3.90.39.00.00

Signatários: Artur Henrique da Silva Santos, pela SDTE e

Arildo Mota Lopes, pela convenente